

SARNEY APRESENTA A CONSTITUINTE

A Assembléia Nacional Constituinte que se instalará em 1º de fevereiro de 1987 será tão "livre e soberana" que terá poderes até mesmo para abolir a República e a Federação. Esse é o principal ponto do projeto do presidente José Sarney convocando a Constituinte, que será assinado e enviado sexta-feira ao Congresso, para início de tramitação imediato.

O projeto, com apenas quatro artigos, foi aprovado ontem pelo Conselho Político do governo, em reunião que não durou mais de uma hora. Hoje, ele será apresentado pelo ministro Fernando Lyra, da Justiça, aos líderes partidários do PDT, PTB, PDS e PT, que poderão apresentar sugestões até amanhã à tarde.

Pela proposta do presidente Sarney, os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal que serão eleitos em 15 de novembro de 1986, sem prejuízo de suas atribuições normais, se reunirão unicamente em Assembléia Nacional Constituinte, a ser instalada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal — que em 1º de fevereiro de 1987 ainda deverá ser o ministro Moreira Alves.

O presidente do STF deverá presidir, com "suprema autoridade", a escolha da presidente efetiva da Constituinte — que a seguir promoverá a eleição dos demais membros da Mesa e a aprovação do regimento de trabalho dos constituintes.

Pelo projeto Sarney, a nova Constituição deverá ser promulgada no curso da primeira sessão legislativa da 48ª Legislatura — ou seja, em 1987 — depois de aprovada em dois turnos de discussão e votação pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Constituinte.

Os senadores eleitos em 1982, com mandato até 1990, não foram nem incluídos nem excluídos dos trabalhos da Constituinte. A dúvida foi admitida pelo próprio líder governista Pimenta da Veiga e se ela persistir deverá ser resolvida no plenário da Constituinte, pelo voto.

Mas alguns parlamentares já deram interpretação diferente: os senadores foram incluídos na Constituinte, pois a emenda Sarney se limita a estabelecer que "os membros da Câmara e do Senado reunir-se-ão em Assembléia Nacional Constituinte". E os 23 senadores com mandato até 1990 serão membros do Congresso quando a Constituinte se instalar.

Pelos comentários das lideranças, o Congresso funcionaria duas ou três vezes por semana, possivelmente à noite. A Constituinte funcionaria de segunda a sexta-feira no período vespertino.

A reunião
Participaram da reunião do

Conselho Político os ministros José Hugo Castelo Branco e Fernando Lyra, do Gabinete Civil e da Justiça, e os líderes da Aliança Democrática senadores Fernando Henrique Cardoso, Humberto Lucena e Carlos Chiarelli, e deputados Pimenta da Veiga e José Lourenço.

O texto elaborado pelo assessor especial Célio Borja foi aprovado com uma única modificação, proposta pelo líder Carlos Chiarelli, do PFL: no quarto artigo, onde se previa que a nova Constituição "será" aprovada em 1987, substituiu-se por "deverá ser", para que a disposição não ficasse tão impositiva.

Outra sugestão, do senador Fernando Henrique Cardoso, para substituição de "autoridade suprema" do presidente do STF para "autoridade plena" foi rejeitada.

Solemnidade

Para a cerimônia de assinatura da mensagem presidencial encaminhando o projeto ao Congresso, às 10h30 da manhã de sexta-feira no gabinete do presidente Sarney, foram convidados todos os presidentes e líderes de partidos, além dos ministros da área política. O cerimonial do Palácio está tratando de localizar também todos os constituintes de 1946 ainda vivos, que serão convidados para a solenidade. Até agora já foram localizados o escritor Jorge Amado, o ministro Aluísio Alves, o jornalista



O conselho político reunido com Sarney

Barbosa Lima Sobrinho, o jurista Goffredo da Silva Teles Júnior, os deputados Magalhães Pinto e Manoel Novais, o ex-ministro Juracy Magalhães, o ex-deputado e ex-senador Luís Carlos Prestes e João Amazonas.

Convidados especiais serão também o jurista Afonso Arinos, que deverá presidir a comissão pré-Constituinte, o advogado Sobral Pinto e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Hermann

Seu projeto foi aprovado ontem em reunião do Conselho Político (foto) e será enviado ao Congresso sexta-feira, para votação em agosto.

Assis Baeta — que ontem não poupou críticas à Comissão Arinos.

Um dos convidados, o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara e do PMDB, até a tarde de ontem ainda não sabia se compareceria à solenidade. Alegou compromissos previamente estabelecidos para não confirmar, por enquanto, sua presença no Planalto.

Comparecendo ou não, Ulysses não descartou a hipótese de vir a

ser escolhido presidente da Constituinte: "É uma função consagrada. Mas ainda é muito cedo para tratar do assunto. Vamos ter muito chão pela frente. Muita água ainda vai correr por baixo da ponte. E ainda não existe a ponte..." Seu único comentário sobre o projeto Sarney foi lacônico: "Pelo menos tem a virtude de ser curto".

Para o líder do PTB, deputado Gastone Righi, a emenda do governo convocando a Constituinte "não é nada diferente da minha, que está aguardando votação. Está fazendo pirataria com a minha emenda. Isso não tem sentido". Mesmo assim, ele disse que irá "humildemente" ao Palácio na sexta-feira, para a solenidade de assinatura do projeto.

O ministro Fernando Lyra, que hoje começará a procurar os líderes dos partidos para apresentar o projeto, disse não acreditar em alteração no texto da mensagem presidencial até a próxima sexta-feira: "O texto está perfeito do ponto de vista técnico. Mas no Congresso poderá haver alguma alteração. Afinal, o Congresso é soberano para isso e o governo não se opõe a uma mudança. A mensagem aprovada será a do Congresso".

Lyra pensa que o projeto será aprovado com facilidade no Congresso, obtendo os dois terços necessários para isso ainda em agosto ou setembro, "porque a convoca-

ção da Constituinte é um consenso, todos os partidos a desejam". E confirmou que na primeira semana de julho começará a funcionar a comissão pré-constitucional presidida pelo ex-ministro Afonso Arinos.

Representatividade

Essa comissão, contudo, é considerada um "sério perigo" à democracia, no entender do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, na medida em que "uma comissão de notáveis reúne condições para desvirtuar a Constituição de seu conteúdo popular". Ontem, o advogado Hermann Assis Baeta, presidente da OAB, reiterou que a entidade não indicará qualquer representante para participar da Comissão Arinos.

— A Constituinte tem que ser discutida a céu aberto.

Baeta criticou também a outorga de poderes constituintes aos senadores eleitos em 1982 e a transformação de constituintes em deputados e senadores.

Para tentar contornar essa situação, o ex-senador Paulo Brossard propôs ontem que, durante o período de funcionamento da Constituinte, o Congresso só se reúna para apreciar projetos do Executivo — e ainda assim desde que se refiram a matéria urgente. "Nenhum deputado ou senador poderá apresentar projetos nessa fase. Se durante seis meses os parlamentares se ocuparem só da Constituinte, garanto que não haverá qualquer calamidade neste País por falta de leis".

Brossard elogiou a intenção do presidente Sarney de manter o Congresso funcionando simultaneamente com a Constituinte, "para não precisar administrar por decretos-leis".

A preocupação com a participação popular na Constituinte dominou também o encontro de ontem do presidente José Sarney com dirigentes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Ao visitar a sede da CNBB, Sarney pediu o apoio do clero a seu projeto de convocação da Constituinte e, em resposta, ouviu do bispo d. Benedito Ulhoa que a entidade está disposta a fazer um trabalho de "conscientização" da necessidade de se promover "um pacto nacional capaz de dar suporte às alterações constitucionais".

O bispo d. Sinésio Bohn, de Novo Hamburgo, disse a Sarney que a participação popular é "imprescindível", para que "os sábios não digam o que é bom para o povo e sim que o próprio povo escolha aquilo que considera bom para si".

— Esta é uma oportunidade única na História da República para deixar que o povo fale por si próprio.

O texto

O projeto ontem aprovado pelo Conselho Político tem a seguinte redação: "Art. 1º — Os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sem prejuízo de suas atribuições constitucionais, reunir-se-ão unicamente em Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional. Art. 2º — A Assembléia Nacional Constituinte não se aplicam as limitações do artigo 47, § 1º, da Constituição Federal. Art. 3º — O presidente do Supremo Tribunal Federal instalará a Assembléia Nacional Constituinte e dirigirá, com suprema autoridade, a eleição de seu presidente. Art. 4º — O projeto de Constituição deverá ser promulgado no curso da primeira sessão legislativa da 48ª Legislatura depois de aprovada em dois turnos de discussão e votação pela maioria absoluta dos membros da Assembléia Nacional Constituinte".

Abuso do poder tumultua a interpartidária

Depois de três meses de trabalho e 23 reuniões cordiais, a Comissão Interpartidária — que examina alterações na legislação eleitoral e partidária — viveu ontem momentos de tensão, ao discutir uma proposta do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) contra o abuso do poder econômico nas campanhas eleitorais. Sem clima e sem quorum, o presidente da comissão, senador Aloysio Chaves (PDS-PA), suspendeu, então, os trabalhos. Ferreira Lima propôs que, em diligências sobre gastos eleitorais, tanto a

comissão como o Ministério Público ou o Tribunal Regional Eleitoral poderão requerer ao sistema bancário, oficial e privado, o extrato de conta do candidato investigado, bem como das pessoas jurídicas a ele vinculadas. O Banco Central agiria em caso de recusa ou delonga, e o não fornecimento do extrato significaria pena de salários mínimos por dia excedente. Em meio a comentários simultâneos e generalizados, risos e até mesmo expressões de apoio incondicional,

o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) sugeriu a extensão da proposta no sentido de alcançar os descendentes e ascendentes do candidato, e a ampliação do período de averiguação de extrato até dois anos antes da campanha. Maurílio Ferreira Lima tentou levantar uma questão de ordem, mas foi impedido pelo presidente, por não ser membro da comissão, e saiu dizendo que "tratar do abuso do poder econômico no Congresso é mais sensível do que discutir a

reforma agrária". Cardoso Alves chamou-o de ingênuo, afirmando que o dinheiro nunca saía da conta bancária do candidato. Na reunião de ontem, aprovou-se o processo de votação do analfabeto e foi ampliado para 24 horas o prazo para interposição de recurso para casos de impugnação, bem como a presença de fiscais dos partidos nas apurações eletrônicas e a restauração do voto de legenda para as eleições proporcionais.

Nova Carta: um debate de políticos e juristas.

O professor Miguel Reale Júnior afirmou ontem que é preferível o Congresso Nacional funcionar como poder legislativo ordinário, paralelamente ao Poder Constituinte, do que se atribuir ao presidente da República o poder de legislar através de decretos-leis. Rubens Lazzarini, da OAB paulista, pensa diferente: acha que os constituintes devem ser escolhidos somente para essa função específica.

Os dois juristas falaram ontem sobre a estrutura da Assembléia Nacional

Constituinte, na abertura do seminário sobre "Constituinte e Organizações Partidárias", promovido pela União Parlamentar Interestadual, na Assembléia Legislativa.

Miguel Reale Júnior não é contra a elaboração de um projeto de Constituição para ser discutido pela sociedade. Ele diz que em todas as outras Constituintes também foi observado esse princípio, "sempre houve um ponto de referência a ser seguido". Ele considera que existe uma vantagem na atual co-

missão que elaborará o projeto: "Ela é muito mais ampla do que foram as anteriores".

Reale Júnior disse que é preciso coibir o abuso do poder econômico nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. Ele acha que uma maneira de se evitar os excessos de recursos que poderão ser colocados em favor de alguns candidatos será através do Fundo Partidário. Com o Fundo Partidário, os candidatos não poderiam usar recursos próprios ou de grupos para se elegerem.

Rubens Lazzarini defendeu a idéia dos candidatos independentes, desvinculados dos partidos, para comporem a Assembléia Nacional Constituinte. E a maneira para elegê-los, segundo Lazzarini, seria através do voto distrital, que afastaria a influência do poder econômico. Para o representante da OAB, a atual legislação eleitoral também não deveria ser adotada na Constituinte, porque nela existe a figura do candidato nato (aquele que detém mandato parlamentar e tem assegurada a legenda para disputar as eleições). "Assim estará desvirtuada a manifestação da vontade popular que, no caso da Constituinte, tem de ser absolutamente livre."

Participação popular

Na segunda parte do seminário, o tema foi "Formas de Participação Popular" e fizeram exposições o secretário de Negócios Metropolitanos, Almino Afonso, e o secretário-geral do PT, Francisco Weffort.

Francisco Weffort defendeu que o Congresso convoque comissões consultivas populares de caráter local para que a sociedade possa participar ativamente do processo constituinte.

Segundo Weffort, essas comissões consultivas naturalmente não apresentarão nenhuma grande inovação mas elas são uma forma de preparar a população para a importância da atividade dos constituintes.

O dirigente do PT também acha que devem ser adotados mecanismos de comunicação para que o povo saiba o que a Constituinte está fazendo — Weffort propôs um programa de comunicação através dos meios de comunicação de massa para que essas informações sejam divulgadas de forma didática. Ao final do processo, Weffort defende que a nova Constituição seja submetida a um referendo popular. Ele não tem dúvidas que ela será aprovada, mas o referendo teria o sentido educativo que daria possibilidade à população de perceber que está aprovando uma lei fundamental.

O secretário Almino Afonso acredita que a participação popular na Constituinte deve ser feita através dos debates em todos os níveis. Almino também defende a possibilidade de organizações populares apresentarem diretamente as suas proposições para que sejam somadas e discutidas pelos constituintes.

Almino Afonso pensa da mesma forma que Weffort: para ele, a Assembléia Constituinte é soberana e deve ser eleita especificamente para essa função, o que não impede que depois ela se transforme em assembléia ordinária.

— A Constituinte é uma obra que deve sair do povo, apesar de muitos pensarem que ela é feita por juristas, professores, homens do saber. É preciso demonstrar que existe um vínculo entre a norma jurídica e o dia-a-dia do cidadão.

Fernando José Dias da Silva